

Em que consiste a idéia do Merco-Oeste?

— Antes de falar no Merco-Oeste, vamos falar um pouquinho sobre a economia do Distrito Federal. Brasília tem 37 anos, foi criada para ser uma cidade administrativa, para que tivesse, quando chegasse ao ano 2000, 450 a 500 mil habitantes. Só que ainda faltam três anos e já estamos próximos dos 2 milhões de habitantes. A cidade ficou com uma necessidade muito grande de resolver os seus problemas econômicos. Por quê? Porque há 37 anos, 100% dos recursos do Distrito Federal eram repassados pela União. Depois, Brasília adquiriu a independência política, mas não a econômica. E também foram crescendo os problemas, como a ampliação das cidades-satélites, a grande imigração. E então, a cidade foi crescendo, de tal forma que esses recursos, hoje, representam cerca de 62% de suas necessidades.

Então, Brasília enfrenta sérios problemas de caixa, o que é um problema de todos os estados. Mas, agora, chegou a um ponto em que a cidade terá que resolver seus problemas - não só políticos, mas também econômicos.

O que está acontecendo é que temos hoje a renda **per capita** maior do País, que é a do Plano Piloto. Cerca de 83% do que nós consumimos, hoje, são importados, isto é, vêm de fora, de outros estados ou de outros países. Para gerar essa riqueza necessária ao Distrito Federal e para gerar emprego, também, que é outro problema muito sério, é necessário que tudo isso seja produzido aqui, porque 18,5% da força de trabalho que temos está desempregada. Aqui em Brasília só há dois setores para emprego - ou é no comércio ou é nos governos federal ou estadual. O comércio está saturado, porque ele vive de acordo com o movimento, de acordo com as épocas de final de ano.

E o governo está em processo de reformulação do Estado.

— Exatamente, o Governo está desempregando, estimulando essas pessoas para sair para trabalhar. Trabalhar aonde? Por isso temos que pensar no ponto de desenvolvimento econômico. E aí, quando assumimos a presidência da Federação, há um ano e meio, trabalhamos muito com esse governo para criar uma política de desenvolvimento econômico. E, esse projeto foi aprovado no dia 20 de dezembro do ano passado e sancionado ainda no final do ano, e vamos agora, implantar esses distritos industriais aqui em Brasília. Porque não só o brasileiro, mas todo brasileiro quer ter lucro, e em Brasília existe uma tradição, pela qual a Terracap, vende o terreno para instalar uma indústria, que chama retrovenda, então a pessoa fazia uma aplicação imobiliária, ele comprava o terreno, construía um galpão e não implantava indústria.

Aquilo valorizava e logo a seguir ele vendia o galpão e tinha seu lucro. Toda vida foi assim, mas, hoje, nós mudamos. O que estamos querendo fazer é levar os incentivos fiscais, não para o Plano Piloto, porque já está saturado, e sim para as cidades-satélites, porque poderíamos direcionar a vocação individual de cada cidade-satélite.

Mas os incentivos são tão atraentes quanto os que Goiás está oferecendo?

— São. Muitas vezes são iguais e até um pouco melhores...

Quais são?

— Tem o incentivo, primeiro, na aquisição do terreno, você pega o terreno por 30 anos, sendo renovado por mais 30 anos, pagando uma taxa de 0,5% de ocupação. Nesse período você faz a implantação da indústria. O ICM nós temos 70% do incentivo, você tem 70% e vai começar a pagá-lo após 12 anos, R\$ 144 mil e a correção dele é de 0,2%. A garantia que você vai ter para poder pagar esse imposto, você pega 10% desses 70% e faz uma aplicação financeira. Essa aplicação, por mais baixa que seja a taxa de apuração, depois de 12 anos ela paga os 70% porque não tem correção. Tem isto nos outros estados, mas nos outros estados era em 5 anos, depois passaram para 10 anos. Nós fizemos 12 anos. Então você tem o terreno como incentivo para instalação de indústria, a parte tributária que é o ICM você só paga 30% do tributo que deve. Se você vai pagar R\$ 100 mil em impostos, paga 30% e 70% correspondem ao incentivo. E depois você tem aqui o privilégio do Centro-Oeste e do Fundo Centro-Oeste, que financiam a implantação da indústria.

E os juros do FCO?

— Os juros ainda estão altos, hoje estão cobrando 6% ao ano mais TJLP. A TJLP hoje está a 9% com mais 6 dá 15%. Nós estamos lutando para que isso fique em 3% mais TJLP para ficar em torno de 12% ao ano, ou seja, 1% ao mês. Porém, você tem 10 anos para pagar e 3 de carência.

Agora, o senhor, que é empresário, acha que esses incentivos vão favorecer a implantação de um grande número de indústrias no Centro-Oeste?

— Acho que os incentivos têm tudo para acontecer. O que nós precisamos é que esses juros baixem um pouco mais porque nós temos, hoje, o financiamento do BNDES por 3% mais TJLP. Precisamos que o Fundo Centro-Oeste baixe também para 3%. Acho que, com esse trabalho que estamos fazendo, conseguiremos, e é viável, porque o prazo, de 10 anos, achamos que é viável. Nós temos aí todos os incentivos e a parte física, porém, uma empresa, um empresário, quando vem, quando ele procura instalar sua indústria, a primeira coisa que ele procura é mercado, depois é que vai procurar o incentivo, o local para instalar, e nós temos o local. Então, esse é o primeiro ponto para a oportunidade do negócio. O segundo são os incentivos e o terceiro ponto muito positivo é que nós estamos junto ao poder. Nós estamos na capital da República, onde as decisões políticas são tomadas. Você tem todo o contato com os três poderes, tem o contato com as embaixadas, em termos de importa-

ção, exportação e tecnologia.

Nós começamos a receber, até ontem, três missões de outros países que vieram aqui à procura de negócios. Esses contatos estão surtindo efeitos agora. Há um interesse muito grande, principalmente na Alemanha, das pequenas e médias empresas.

Não adianta você ter a lei, ter tudo e não acontecer nada. Nós começamos um processo agora de divulgar a cidade, de vender a cidade, e mostrar o potencial que nós temos aqui no Centro-Oeste para que as empresas possam vir se instalar. E não digo só as empresas de outros países, não, do próprio País também, do Sul, do Sudeste. Hoje, há um grande interesse também em desmembrar as empresas, hoje tem que trabalhar muito em cima de custo, após estabilidade da moeda, 2%, 3%, é uma margem muito grande. Então, quando o produto é fabricado em Santa Catarina, Paraná ou em São Paulo, às vezes, é mais fácil trazer uma fábrica para o Norte e Nordeste, e instalar outra no Centro-Oeste, a fim de adequar um pouco a distribuição do seu produto.

O outro ponto, também muito positivo que temos aqui e que temos que explorar é que estamos no centro do País, e aqui é um ponto de irradiação para todas as capitais, com estradas asfaltadas ligando todas as capitais, com infra-estrutura da melhor qualidade. Nós temos o terceiro aeroporto em movimento do país, ainda, em fase de adaptação com um movimento muito forte. Temos essa ligação via aérea com todas as capitais, e também, uma ligação com a América do Sul.

E o Porto Seco?

— O Porto Seco é um projeto que está em vias de ser instalado. Temos trabalhado ali um distrito industrial perto de Porto Seco. Porque, normalmente, o Porto Seco, quando sai na cidade, é perto de um distrito industrial que já está instalado. Nós estamos fazendo o contrário, estamos instalando o Porto Seco e o distrito industrial virá depois. Com isso, a cidade começa agora a se ajustar e acertar.

Por que o senhor falou em primeiro fazer o Merco-Oeste para depois pensar em Mercosul?

— Esse é um projeto recente de criar aqui uma integração entre as unidades federadas do Centro-Oeste. Quando eu falo em Centro-Oeste, nós incluímos também o Estado do Tocantins e o Estado de Rondônia e do Acre, que não fazem parte do Centro-Oeste, mas, também, têm os mesmos problemas, e nós estamos, de uma maneira, mais ligados a esses estados, temos problemas comuns. Vamos dar um exemplo: por que que eu fico aqui brigando com Goiás, com Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e cada um desses estados querendo pu-

ou 1% ao mês. Ao mesmo tempo, revela o presidente da Fibra que os governadores, senadores e deputados do Centro-Oeste, além dos presidentes de federações da indústria e do comércio, estão decididos a organizar o Mercado do Merco-Oeste, com políticas públicas e incentivos comuns. A idéia é somar, sem esquecer o Distrito Federal, que precisa produzir aqui tudo quanto consome. Entrevista a Tarcísio Holanda.

Um dos exemplos que citei na reunião é que temos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul o Pantanal. Se aquele Pantanal fosse no Estado de São Paulo ou no Rio de Janeiro, como seria?

Obtinha assistiu uma palestra e eles só falam "não pode", "não pode", "não pode". Não pode nada, o que é que pode? Pode aproveitar aquilo ali para um turismo ecológico bem dinâmico. Quando as pessoas visitam o Pantanal, saem de lá dizendo que se tivessem de fazer uma viagem para qualquer país de fora ou para o Pantanal, iriam para o Pantanal, porque é um lugar maravilhoso, mas o brasileiro não conhece isso. Hoje, 60% dos brasileiros que visitam para países de fora não sabem falar nem a língua. E nós temos um potencial no Brasil, mas vamos falar só de Centro-Oeste, em nível de turismo, que ninguém conhece porque não é nem divulgado. E também porque não pode. Não pode por quê? Tem que se criar normas, as normas têm que ser compridas e analisadas. Porque nós estamos em uma região que não é desenvolvida, como a que compreende os estados do Sul, mas que é muito mais fácil você proibir as coisas e não ter um desenvolvimento adequado.

Os senhores estão tratando da constituição do Merco-Oeste, mas, chegaram a designar um grupo de trabalho para cuidar da integração com o Governo, para ver a possibilidade de sugerir a adoção de políticas públicas?

— Na realidade, fizemos a primeira reunião e lançamos a idéia e todos eles gostaram. Agora, vamos fazer a segunda. Vamos designar um grupo de trabalho para poder sentar e nos organizarmos para depois falarmos com os

governos e o Legislativo e o Executivo, porque não adianta nada sentar hoje com políticos se não tem uma estratégia. A idéia que eu vendi para os senadores e para os presidentes é que, se nós sentarmos e examinarmos os nossos problemas e definirmos conjuntamente essa idéia, eu tenho certeza que teremos sucesso.

O que me levou a isso foi que nós, há alguns meses, nos defrontamos com problemas no Fundo do Centro-Oeste, que ficou no ano passado em 25,6% de correção, mais o juro, quer dizer, inviabilizou, quem pegou dinheiro não deu conta de pagar. A origem do nosso movimento foi esse problema, e nós fizemos algumas reuniões com o Secretário de Integração Regional, e depois dessas reuniões planejamos a elevação do prazo de financiamento para 14 anos, baixando os juros para 6%, e dando mais três ou quatro anos de carência. O que queremos é parar todo o processo agora e dar mais um ano para os contratos já em andamento. Pegamos a assinatura de todos os presidentes de federações e todos os governadores e senadores, fizemos um documento e levamos para o Governo. Por isso estávamos reunidos, na semana passada, independente de qualquer assunto político, porque quando você faz uma reunião dessa com a classe empresarial, não tem vínculo político. Na reunião, mobilizamos três senadores, um do PTB, um do PSDB e outro do PT, e todos três toparam a idéia. Então, essa é a facilidade, só lançamos essa idéia, agora cabe ao Estado pensar e vamos sair para organizar nesse grupo de trabalho a agenda do que vamos fazer.

Como o senhor analisa essa situação social explosiva do Distrito Federal? O senhor mesmo se referiu ao desemprego, que é o mais alto do País, e isso representa 150 mil desempregados.

— O que acontece no Distrito Federal, e também em qualquer lugar do País, onde é começar o desenvolvimento, começar um projeto social, e provocar aquela corrida, aquela onda migratória, para aquele lugar. No governo passado, o Roriz soltou o famoso projeto, que nós aplaudimos, de erradicação de todas aquelas favelas do Plano Piloto, levando os favelados para uma moradia condigna. Só que acho que ninguém pensou que isso iria desencadear uma corrida. A mesma coisa aconteceu em Serra Pelada. E nós não podemos impedir as pessoas de chegarem aqui, porque todos nós viemos para cá atrás de uma oportunidade melhor de vida, de negócio. E, na verdade, vieram para Brasília muitas pessoas sem profissão definida. Mão-de-obra desqualificada. Nós temos três tipos de desempregados aqui: o desempregado qualificado e o desempregado crônico, que nunca foi empregado, e o desempregado universitário, que sai da faculdade com um diploma e não tem onde trabalhar.

O que precisamos fazer é conceber um programa de treinamento em massa dessa mão-de-obra. Quando o SLU

“O que estamos querendo fazer é levar os incentivos fiscais, não para o Plano Piloto, porque já está saturado, e sim para as cidades-satélites, porque poderíamos direcionar a vocação individual de cada cidade-satélite”

lança um concurso para varredor de rua você encontra vários advogados varrendo rua.

Quase todo final de ano me chamam para ser padrinho de formatura escolar e eu sempre tenho um discurso padrão, diferente dos outros: acho que a pessoa, o aluno, quando sai da faculdade, os pais dele ou ele mesmo fizeram um grande investimento, frequentemente acima de suas posses. Então, essa pessoa tem por obrigação, ao sair, gerar emprego, e não procurar emprego. Você tem que montar o seu negócio em cima da sua profissão, e aí sim, gerar de dois a quatro empregos. Ficamos muito gratificados quando encontramos com uma pessoa que está se formando e nos diz que seguiu o nosso conselho.

Essa é uma forma de apelar para os brios da pessoa?

— Claro, você trabalhou a vida inteira, gastou, investiu um dinheiro e formou e agora vai atrás de emprego. Por que não, monta o seu negócio e vai à luta?

Não quer dizer que, com esse projeto do Merco-Oeste, de fazer uma integração dos estados, nós venhamos a esquecer do Distrito Federal. Vamos continuar trabalhando para o desenvolvimento, para instalar nossas empresas, porque em qualquer cidade que de 40, 50 mil habitantes tem uma fábrica de bolachas, uma fábrica de macarrão, e nós não temos nada disso aqui em Brasília.

Falam muito da poluição... Como é que se faz industrialização sem poluição?

— A idéia do Merco-Oeste é tão avançada que nós poderíamos chegar até num determinado acerto de que não vamos montar nenhuma indústria no Distrito Federal, porque nós vamos levar essas indústrias para o Entorno, porque lá é que vai gerar os empregos necessários, vamos levar as pessoas do Distrito Federal para trabalhar lá. Porém, vamos criar uma maneira de produzir aqui tudo quanto se consome aqui. Nós somos o único País do mundo que exporta imposto para outros estados. Se temos aqui o poder aquisitivo e o consumo altíssimos, se o imposto fosse pago na ponta do consumo, e não na produção, com certeza, não teríamos nenhum problema de arrecadação. Queremos mudar isso. O projeto está no Congresso e vamos conseguir porque há um interesse dos estados.

Nós tivemos, há cerca de 120 dias, um problema político que o Governo abriu para o Nordeste e para o Centro-Oeste, por meio de uma medida provisória, dando incentivos para a indústria automobilística, cujo prazo se encerrou no dia 31 de maio, sem renovação. Tivemos até algumas indústrias de motocicletas, de trator, vindo para Brasília, sendo o projeto aprovado no Ministério da Indústria e Comércio. Vão se instalar em Brasília e em Goiás, aproveitando esses incentivos. Por quê? É a força política. A força de um Estado, como foi no caso da Bahia, foi jogo político e o

Governo fez. Então, se tivermos essa força política no Centro-Oeste, vamos ganhar.

Acho que Brasília chegou a um instante, um momento, em que não tem outra saída. Ela tem que procurar, por meios próprios, que seu desenvolvimento passe agora para a iniciativa privada e deixe de ser definitivamente do Governo.

O que acontece é que o índice de desemprego nos outros estados e no mundo inteiro decorre do fato de que as empresas estão se modernizando, usando alta tecnologia. No nosso caso é diferente, nós não temos as indústrias, e qualquer indústria, mesmo de alta tecnologia, vai gerar pouco emprego, mas vai gerar, e não diminuir.

A classe produtiva não tem mais como baixar o índice de crescimento, nós só podemos crescer. Então, qualquer movimento que resultar em crescimento vai resolver realmente o desemprego do Distrito Federal.

Qual a análise que o senhor faz da convivência da classe empresarial com o governo do PT no Distrito Federal?

— O que eu sinto é que o próprio PT está mudando, o próprio governo do PT sente que não tem outra saída, em nível nacional, de uma convivência, sem ser com o empresário. O único modo de gerar emprego e renda é estimulando a classe empresarial. O próprio PT tem procurado a convivência com os empresários, e os empresários, principalmente do Distrito Federal, têm dado resposta - pois nós temos a Federação das Indústrias sem indústria, e precisamos muito do apoio do governo para estimular a importação, pois sem ele fica difícil. Por isso, essa aproximação não é porque o Governo é do PT, seja de qualquer partido, nós temos que levar essa preocupação para que todos os problemas passem pelo governo. E tenho tido um grande sucesso com esse governo. Dificuldades sempre existem em se tratando de governo, há a lentidão burocrática, as coisas emperram, às vezes. Mas, se a gente não tiver a boa vontade do governo é pior ainda...

O senhor acha que essa região tem tudo para criar um parque industrial razoável?

— Tem tudo para criar um parque moderno, em se tratando de tecnologia. Há muitas empresas procurando o DF, querendo vir para cá. E se nós tivermos aqui uma maneira de agilizar isso, de chegar a ter isso, como é num outro estado qualquer, utilizando o mínimo possível o acesso dessas empresas com o governo, com certeza teremos, em cinco anos, o DF completamente mudado.